

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – SÃO PAULO.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - FACHADAS ENVIDRAÇADAS – OUTRA PRODUTIVIDADE – LIMPEZA DE FACHADAS ENVIDRAÇADAS (FACE EXTERNA) - CIRCUNSCRIÇÃO 1

PROAD Nº 2970/2022-1
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2022

RS CONSULTORIA E SERVIÇOS DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº. 06.350.648/0001-74, com sede em Lucélia/SP, na Rua Manoel Lopes, 1.857, Centro, CEP. 17.780-000, aqui representada por Rogério de Alencar Oss, brasileiro, casado, diretor comercial, portador da carteira de identidade RG nº 24.404.028-X SSP/SP e inscrito no CPF/ME nº 138.292.838-65, e, Gauthama Nassif Freire de Souza, brasileiro, casado, diretor comercial e marketing, portador da cédula de identidade RG nº 23.133.816-8 SSP/SP e inscrito no CPF/ME nº 294.649.498-56, na forma do art. 44 e seguintes do Decreto Federal nº. 10.024, de 20.09.2019, apresentar RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO da empresa CAMILA DAYAHANE DA SILVA - ME, o fazendo pelos motivos de fato e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

SOBRE A INTENÇÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO:

A Lei nº 10.520/02, em seu art. 4º, assim disciplinou:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: /.../

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

DA TEMPESTIVIDADE:

Tem-se por tempestivo o presente recurso, senão vejamos:

“11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.”

Desta forma, tendo sido admitido o recurso em 19/07/2022, temos que o prazo fatal é dia 22/07/2022, o presente recurso encontra-se dentro do prazo legal.

SÍNTESE DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Trata-se de procedimento licitatório visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - FACHADAS ENVIDRAÇADAS – OUTRA PRODUTIVIDADE – LIMPEZA DE FACHADAS ENVIDRAÇADAS (FACE EXTERNA) - CIRCUNSCRIÇÃO.

Superada a fase de lances, a recorrida foi declarada vencedora. Ocorre que a empresa CAMILA DAYAHANE DA SILVA - ME, não atendeu aos requisitos do Edital, e por este motivo, sua habilitação como vencedora deve ser reavaliada por este competente órgão, senão vejamos:

DOS FATOS SUBJACENTES

DA HABILITAÇÃO:

Assim diz o Edital com relação a habilitação.

9. DA HABILITAÇÃO

/.../

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

/.../

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

/.../

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada pela IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

/.../

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital."

DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA LICITANTE CAMILA DAYAHANE DA SILVA - ME PARA O LOTE 01

SOBRE A HABILITAÇÃO DA EMPRESA:

A empresa CAMILA DAYAHANE DA SILVA - ME, deixou de cumprir relevante exigência editalícia, a qual é determinante de sua inabilitação no pregão eletrônico, constantes nos termos deste edital em especial ao item 9.8.1 e 9.10.2, onde a empresa não apresentou a documentação exigida para fins de habilitação, em especial a ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; e balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada pela IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), que exige como documentos de habilitação.

Ademais, referidas exigências constantes no edital devem ser cumpridas por todos licitantes, e visto que, se consta referida exigência em edital, a mesma não consta por um mero capricho, mas sim para cumprimento como parte integrante do certame, a não observância do edital, seus anexos e demais componentes é causa de desclassificações, pela não atenção dos documentos solicitados/exigidos em edital.

SOBRE O NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 9.8.1 e 9.10.2 DO PRESENTE EDITAL:

A empresa CAMILA DAYAHANE DA SILVA - ME, uma vez deixando de cumprir com os devidos itens uma vez que não seguiu as normas do edital, não apresentando toda a documentação solicitada ponto este que deveria ser solicitada a desclassificação da mesma, a empresa não poderia nem ter participado por conta destes itens, contudo, foi declarada vencedora e agora merece que seja reapreciado tal habilitação como vencedora do Lote 1, e ao final, que a mesma seja desclassificada por ausência de apresentação de documentos essenciais previstos em edital, e ainda, sendo totalmente insanável referida ausência ou erro na apresentação de referidos documentos.

SOBRE A FALTA DE APRESENTAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR, DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL:

A empresa CAMILA DAYAHANE DA SILVA - ME anexou aos documentos de habilitação, ato constitutivo desatualizado, visto que no mês de agosto de 2019, a empresa declarada vencedora realizou alterações em seu ato constitutivo e não os trouxe para o presente pregão, ou seja, a empresa não apresentou o seu ato constitutivo vigente no momento que estava participando do pregão eletrônico, e por este motivo, a mesma deve ser desclassificada, visto que feriu o item 9.8.1 do edital.

Desta forma, mostra que o indispensável tratamento isonômico dos concorrentes repele a criação de desigualdade injustificada decorrente da igualação dos desiguais. Isso ocorre quando sobressai então o julgamento anti-isonômico dos contendores produzido pelo julgamento e nessa condição, ILEGAL.

É inquestionável que se trata de descumprimento do edital, na medida em que a licitante não procedeu na apresentação dos documentos mínimos para ser considerada habilitada. Isso porque decorre lógico que eventuais inconformidades apresentadas pela licitante com o exigido no edital, deve merecer somente uma atitude de parte da Comissão de Licitação, a inabilitação desse concorrente: do contrário, quebra-se os princípios e a legalidade do procedimento e exsurge a possibilidade ilegal de responsabilização de quem deu causa a ilegalidade.

O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, já definia que a licitação:

"realiza-se através de um procedimento vinculado, no desenvolver do qual a Administração não pode afastar-se das prescrições legais que bitolam a sua tramitação, sob pena de invalidar o contrato subsequente," (Direito Administrativo Brasileiro 2a. 00. pág. 251

Adilson Dallari apostila:

"Acreditamos que os elementos verdadeiramente essenciais a qualquer modalidade de licitação e que, por isso mesmo, devem ser considerados como princípios fundamentais deste procedimento são três: igualdade, publicidade e estrita observância das condições do edital". (Aspectos Jurídicos da Licitação, Editora Juriscredi Ltda, pág. 33)

Temos ainda, o art. 30 da Lei 8.666/93, onde diz:

Art. 30 A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade

administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (sublinhamos)

Já o art. 4º da lei das licitações assegura:

Art. 4 Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei.

Neste sentido, pede-se a inabilitação da licitante CAMILA DAYAHANE DA SILVA – ME, por descumprimento do edital, pela falta de documentos em sua integralidade, validade e vigência.

SOBRE A FALTA DO TERMO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL COM RESPECTIVO REGISTRO DA JUNTA COMERCIAL CONFORME O ITEM 9.10.2:

Diz o edital:

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor

Assim, todas as empresas deveriam apresentar o balanço do exercício anterior, registrado e com toda a exigência que consta em lei.

A habilitação é a fase da licitação pública em que se busca verificar as condições de qualificação daqueles que pretendem contratar com a Administração Pública, devendo os interessados atender a todas as exigências que a esse respeito sejam formuladas no instrumento convocatório. Os editais devem exigir das empresas licitantes os documentos listados nos artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei 8.666/93, que tratam, respectivamente, da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira.

Assim, no que diz respeito à qualificação econômico-financeira, ou seja, a demonstração da boa saúde financeira da licitante, as interessadas em contratar com a Administração deverão apresentar seu balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou certidão negativa de falência e concordata ou uma das garantias previstas no art. 56 da Lei 8.666/93, que pode ser uma caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

Especificamente quanto ao balanço patrimonial, exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira mais exigida nos editais de licitações, o art. 31 da lei de licitações exige que ele seja do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei.

Mas o que é o Balanço apresentado “na forma da Lei”:

O Balanço patrimonial autêntico apresentado na forma da lei observa o cumprimento as seguintes formalidades:

- Indicação do número das páginas e número do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário, acompanhados do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo, fundamentado no §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; Art. 1.180, Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76; NBC T 2.1.4 (Res. CFC 563/83); NBC T 3.1.1 (Res. CFC 686/90);
- Assinatura do Contador e do titular ou representante legal da Entidade no BP e DRE, fundamentado no §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; § 4º do art. 177 da lei 6.404/76; NBC T 2.1.4 (Resolução CFC 563/83);
- Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial), fundamentado no art. 1.181, Lei 10.406/02; Resolução CFC Nº 563/83; §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02.
- Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado na NBC T 2.1.5 (Resolução CFC 563/83); art. 1.179, Lei 10.406/02; art. 177 da Lei nº 6.404/76.
- Boa Situação Financeira, fundamentado no art. 7.1, inciso V da IN/MARE 05/95.
- Aposição da etiqueta DHP do Contador no BP, fundamentado na Resolução CFC 871/00, art.1º, §único; art. 177 da Lei nº 6.404/76. Esta formalidade ainda não é obrigatória, mas dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador;

O balanço patrimonial exigível na forma da lei compreende o balanço patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário, este registrado na Junta Comercial.

De acordo com o Art. 1.181 do Código Civil, os livros contábeis – e, por consequência, o balanço patrimonial, que integra o Livro Diário, conforme Art. 1.184, § 2º, do Código Civil – devem, ANTES DE SER POSTOS EM USO, passar por autenticação na Junta Comercial. Veja a disposição da lei:

Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, ANTES DE POSTOS EM USO, DEVEM SER AUTENTICADOS NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS.

Parágrafo único. A autenticação não se fará sem que esteja inscrito o empresário, ou a sociedade empresária, que poderá fazer autenticar livros não obrigatórios. (destaque nosso)

A autenticação, assim, é recurso destinado a conferir confiabilidade aos documentos, que SOMENTE PODERÃO SER PUBLICAMENTE USADOS (em licitações, por exemplo) APÓS A CHANCELA DA JUNTA COMERCIAL.

Ademais, o art. 12 da Instrução Normativa n. 107, de 23/05/2008, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), ao dispor sobre a forma de apresentação de documentos contábeis às Juntas Comerciais, esclarece:

Art. 12. Lavrados os Termos de Abertura e de Encerramento, os instrumentos de escrituração dos empresários e das sociedades empresárias, de caráter obrigatório, salvo disposição especial de lei, deverão ser submetidos à

autenticação pela Junta Comercial.

Fica evidente que o balanço patrimonial, exigido pelo Edital como instrumento necessário à apuração dos índices contábeis, não é um documento de forma livre, sem quaisquer exigências legais. Por refletir a situação contábil da empresa, demanda-se o seguimento de normas técnicas específicas, devendo ser firmado por profissional contabilista devidamente habilitado e por pessoa com poderes de representação da empresa. Impõe-se, ademais, REGISTRO desse balanço, para fins de publicidade e certificação de atendimento às normas técnicas, na Junta Comercial respectiva.

Se não cumpridas as formalidades legais, tal documento será um rascunho, uma peça informal, que não atende àquilo que o art. 31, I, da Lei n. 8.666/93, chama de informações JÁ EXIGÍVEIS E APRESENTADOS NA FORMA DA LEI. O balanço patrimonial da recorrida está, nessa linha, totalmente em desacordo com as normas legais incidentes na espécie, para apresentação de sua comprovação em certame licitatório, não há existência do recibo de escrituração fiscal, não consta livro de abertura e encerramento, visto também que não consta qualquer carimbo ou autenticação da Junta Comercial do domicílio da licitante que possa demonstrar tratar-se de documento apresentado ao órgão (o que, de acordo com o art. 14 da Instrução Normativa n. 107/2008 do DNRC, seria item OBRIGATÓRIO).

Frise-se, ademais, que não é mais possível a substituição do documento, caso a recorrida tenha feito o registro do balanço na Junta Comercial, tenha o livro de abertura e encerramento e o termo de entrega de escrituração fiscal. É que o art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93, c/c o art. 26, § 3º, do Decreto n. 5.450/2005, vedam o acréscimo de novos documentos, ou a alteração da documentação já apresentada, mesmo que seja o caso de realização de diligência para sanar dúvidas.

Que seja disponibilizado e verificado se na documentação que contempla o CRC da prefeitura de Primavera do Leste, se o Balanço Patrimonial apresentado contem:

- Recibo de entrega de Escrituração Contabil Fiscal,
- Termo de abertura e Encerramento,
- Certificação na Junta Comercial ,conforme manda a Lei.

Assim, a empresa CAMILA DAYAHANE DA SILVA – ME quando intimada a apresentar seus documentos, já deveria ter apresentado sua documentação completa, devidamente registrada na Junta Comercial, sendo inservível, evidentemente, a apresentação de documento informal, não registrado e, por isso mesmo, não cumpridor das finalidades legais.

DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA CAMILA DAYAHANE DA SILVA – ME:

Além da inabilitação da empresa CAMILA DAYAHANE DA SILVA – ME, é cabível, ainda, a desclassificação de sua proposta, por violar, como já antecipado, os termos claros do Edital.

DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE:

MARÇAL JUSTEN FILHO - COMENTÁRIOS A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, AIDE EDITORA, 2a EDIÇÃO, PAG. 30). "No procedimento licitatório, desenvolve-se atividade vinculada. Isso significa ausência de liberdade (como regra) para a autoridade administrativa. A lei define as condições da atuação dos agentes administrativos, estabelecendo a ordenação (sequencia) dos atos a serem praticados e impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas."

DO PEDIDO:

Em suma, não há razão ou argumento sólido que renda ensejo à classificação dos documentos de habilitação da empresa CAMILA DAYAHANE DA SILVA – ME, a empresa RS CONSULTORIA E SERVIÇOS DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, roga ao Nobre Pregoeiro e Membros, que DÊ provimento ao recurso administrativo interposto e DESCLASSIFIQUE e ou DESABILITE a empresa CAMILA DAYAHANE DA SILVA – ME, e por fim, requer, ainda, pedir, que seja convocada a empresa seguinte no processo licitatório.

Nestes termos;
Pede deferimento.

Rogério de Alencar Oss
Gauthama Nassif Freire de Souza

Lucélia/SP, 22 de julho de 2022.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

O Decreto nº 10.024/19, que regulamenta o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns estabelece:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos." (grifo não original)

Em complemento, o Art. 17 determina que caberá ao pregoeiro, em especial:

"[...]"

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

"[...]"

Como visto acima, a verificação da conformidade da proposta ao instrumento convocatório é função inerente ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, sendo que a desclassificação das propostas em desacordo com o Edital deve ser procedida de forma objetiva e fundamentada.

Referente aos documentos de habilitação apresentados pela empresa CAMILA DAYAHANE DA SILVA, razão não assiste à recorrente.

Inicialmente, ressaltamos que o documento de qualificação jurídica, subitem 9.8.1 do edital, apresentado, se trata do requerimento de empresário que é destinado aos casos de empresário individual.

O referido documento foi devidamente apresentado e anexado no sistema Compras.Gov.br, na pasta "Campinas ROPE ACESS", subpasta "Jurídica", documentos denominados "Certidão de inteiro teor (CAMILA DAYAHANE DA SILVA - ME)" e "Requerimento do empresário (CAMILA DAYAHANE DA SILVA)", sendo que neste primeiro documento consta o registro na Jucesp, com o TERMO DE AUTENTICAÇÃO-REGISTRO DE CONSTITUIÇÃO e TERMO DE AUTENTICAÇÃO-REGISTRO DE ENQUADRAMENTO, devidamente assinados digitalmente por Gisela Simiema Ceschin, sob o protocolo nº 190008043026.

Convém ressaltar que, referente à manifestação da recorrente a respeito da atualização datada de agosto de 2019, no momento da análise dos documentos de habilitação por esta pregoeira, essa atualização foi devidamente autuada em processo através de diligências realizadas junto ao sítio eletrônico da Jucesp (Junta Comercial do Estado de São Paulo) por meio da Certidão Simplificada, sob o número de autenticidade 174760122, datada de quinta-feira, 7 de julho de 2022 às 14:35:24.

Vale mencionar, que nos casos de irregularidades meramente formais, a orientação do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas têm sido unânimes pela viabilidade de saneamento a partir de diligências realizadas pela Comissão de Licitação, Pregoeiro ou Agentes de Contratação:

9.6. comunicar à DR/SPM/ECT que, na condução de licitações, falhas sanáveis ou meramente formais, identificadas na documentação das proponentes, não devem levar necessariamente à inabilitação ou à desclassificação, cabendo à comissão de licitação promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame, conforme decisões do Tribunal de Contas da União (v.g. Acórdãos 2.459/2013, 3.418/2014 e 3.340/2015, todos do Plenário); (grifo não original)

(ACÓRDÃO Nº 61/2019 – TCU – Plenário)

O TCU da ciência ao (omissis) de que "(...) o excesso de rigor e formalismo identificado na aferição das propostas técnicas fere o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto no art. 3º da Lei 8.666/1993 e pode ser mitigado através de diligências, conforme dispõe o art. 43, §3º da Lei 8.666/1993; 9.4.2. a inobservância do princípio da isonomia, no tratamento desigual dado aos licitantes no cálculo da pontuação de suas propostas técnicas desrespeita o art. 3º da Lei 8.666/1993; 9.4.3. a falta de motivação dos atos administrativos, a exemplo da ausência, no processo licitatório objeto desta Representação, das razões para a desclassificação da representante, em desacordo com o disposto no art. 50, inciso I e §1º da Lei 9.784/1999." (grifo não original)

(Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 581/2018, Plenário).

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – FORMALIDADES: CONSEQUÊNCIAS

1. Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato. 2. Falta de assinatura nas planilhas de proposta da licitação não invalida o certame, porque rubricadas devidamente. 3. Contrato já celebrado e cumprido por outra empresa concorrente, impossibilitando o desfazimento da licitação, sendo de efeito declaratório o mandado de segurança. 4. Recurso provido". (grifo não original)

(Superior Tribunal de Justiça, RMS 15.530/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, j. em 14.10.2003, DJ 01.12.2003, p. 294).

Dessa forma, a alegação da Recorrente, resta esclarecida, uma vez que houve a apresentação do documento de qualificação jurídica bem como suas atualizações são passíveis de saneamento por meio de diligências.

Com relação aos requisitos de qualificação econômico-financeira, seguimos na mesma linha anterior, razão também não assiste à Recorrente.

A empresa cita o subitem 9.10.2 do edital, alegando que a Recorrida deveria apresentar documentação devidamente registrada.

Entretanto, frise-se que, conforme subitem 5.3 do edital, que dispõe sobre a possibilidade dos licitantes em apresentar os documentos de habilitação no sistema SICAF, o Balanço Patrimonial registrado foi consignado neste sistema.

Ademais, o sistema acima mencionado, bem como o sistema Compras.Gov.br é de acesso a todos, assegurando-se, assim, um dos princípios norteadores do processo licitatório que é o da publicidade dos atos.

Importante ressaltar que o edital, em seu subitem 9.10.2, menciona que:

"9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada pela IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;"

Em conformidade aos princípios da eficiência, da economicidade, da seleção da proposta mais vantajosa e da vinculação ao edital, ao observamos o subitem 9.10.2 do edital, não há a exigência, para a aprovação da proposta, da apresentação do livro de abertura e encerramento pela empresa licitante.

Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou no sentido de que, em não havendo previsão editalícia relativa à exigência de que o balanço patrimonial fosse acompanhado dos termos de abertura e encerramento, não caberia inabilitar licitante sob este argumento. Observe-se:

"Voto: (...) 2. Segundo a representante, teriam ocorrido:

a) descumprimento do princípio da vinculação ao edital, ante a habilitação de empresa que não comprovou a qualificação econômico-financeira exigida na cláusula 5.4.13, alínea a, do ato convocatório; o balanço apresentado pela empresa não atenderia à forma da lei, posto que não foi acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro contábil; (...)

A Secex/PA, após a análise das informações prestadas pela Companhia Docas e pela empresa Microdata, considerou improcedente a impugnação do balanço patrimonial apresentado pela empresa vencedora da licitação, uma vez que o documento, ainda que desacompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário, atendeu aos requisitos do edital. (...)

Assim, a ausência da apresentação dos termos de abertura e encerramento do livro diário, exigência não contida no respectivo edital, não justificaria a exclusão da licitante do certame. Correta foi, pois, a conduta da comissão de licitação." (grifo não original)

(Acórdão 2.206/14 - Segunda Câmara)

Tal como já reconheceu o TCU em outra oportunidade:

"Voto: (...) 12. Afigura-se, pois, tal exigência excessiva em vista de extrapolar o comando do art. 31 da Lei 8.666/93. Além disso, o balanço patrimonial apresentado pela recorrente estava registrado na competente junta comercial, de acordo com o normativo que rege o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), registro cadastral oficial do Poder Executivo. Concluo, portanto, não haver razoabilidade em exigir que o balanço patrimonial fosse acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário.

13. Assim, a inabilitação da recorrente, no caso ora em exame, caracteriza ofensa aos princípios da isonomia, da vinculação ao ato convocatório, da publicidade e da competitividade da licitação, de acordo com o art. 3º da Lei 8.666/1993." (grifo não original)

(Acórdão 614/16 - Plenário)

No que tange a questão levantada sobre a vedação ao envio de documentos novos, convém trazer a lume que já foram emitidas decisões do Tribunal de Contas da União para cancelar a postura de agentes de contratação, como se observa, por exemplo, no recente Acórdão 1211/2021 - Plenário, que é paradigma sobre o assunto:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (grifo não original)

Cite-se também o entendimento reforçado pelo Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão nº 2443/2021 Plenário:

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 45/2020, promovido pelo Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro do Comando da Aeronáutica (GAP-RJ), cujo objeto era a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos para a Odontoclínica de Aeronáutica do Aeroporto Santos Dumont. Por considerar que o representante trouxera documentação nova visando a essa comprovação, com data de emissão posterior à abertura do certame, o órgão decidiu inabilitá-lo. Acompanhando a instrução da unidade técnica, o relator entendeu, todavia, que a documentação trazida pela empresa era apenas a atestação de situação anterior ao certame. Para ele, "apesar de a CAT 24097/2021 ter sido emitida em 9/3/2021, esta se refere à participação do Engenheiro Elímico nos serviços descritos a partir de 3/6/2020, quando foi incluído no quadro técnico da empresa", portanto em momento anterior à realização do certame. O relator também assinalou que os pareceres jurídicos que pautaram a decisão do GAP-RJ ignoraram a jurisprudência mais recente do TCU, notadamente o Acórdão 1211/2021-Plenário, em que restou sumariado o seguinte entendimento: "Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação

do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)". Além disso, conforme o subitem 9.4 do mencionado acórdão, transcrito na instrução da unidade técnica, o Tribunal deixou assente "que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro". Destarte, nos termos da proposta do relator, o Plenário decidiu determinar ao órgão que promovesse a anulação da decisão que inabilitou o representante no Pregão 45/2020, tendo em vista que "a apresentação, em sede de diligência, do CAT 24097/2021, emitido em 9/3/2021, destinado a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública, não se configura motivo plausível para a inabilitação do licitante, conforme entendimento firmado no Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário". (grifo não original)

Com isso, assegura-se a viabilidade de ser juntado um documento novo, não conhecido até então no certame, para certificar um fato ou uma situação pré-existente à licitação, apresentado em sede de diligência.

Assim, esclareço que o balanço patrimonial apresentado pela Recorrida está em conformidade com as disposições editalícias, e razão também não assiste à Recorrente.

Após as explanações acima, no entendimento desta Pregoeira e de sua Equipe de Apoio, o procedimento licitatório transcorreu de modo a cumprir fielmente os ditames legais, primando pelo pleno atendimento às necessidades desta Administração.

Por todo exposto, depreende-se o acerto, a legalidade e a legitimidade da decisão atacada, que atendeu perfeitamente à lei e ao edital, razão pela qual esta Pregoeira não reconhece os motivos alegados pela querelante para alterar seu julgamento, resolvendo conhecer do recurso interposto e, no mérito, manter sua decisão, em conformidade com o Decreto n.º 10.024, Art. 17, VII.

Nesses termos, encaminho à elevada consideração da Autoridade Competente, em conformidade com as disposições do art. 13º, inciso IV, do Decreto n.º 10.024/2019.

Respeitosamente,

Campinas, 29 de julho de 2022. Viviane Mendes Marques - Pregoeira
Ciente. De acordo. André Scatuzzi - Coordenador de Licitações

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

Acolho integralmente as razões expendidas pela Pregoeira (doc.45), corroboradas pela Coordenadoria de Licitações, que adoto como fundamentação, para conhecer do recurso interposto pela empresa RS CONSULTORIA E SERVIÇOS DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, constante no documento nº 44 do Proad, e, no mérito, negar-lhes provimento, com fulcro no inciso IV do art. 13º do Decreto n.º 10.024/2019.

Fechar